

PARQUE URBANO E ESTRATÉGIAS DE BEM-ESTAR NAS CIDADES MÉDIAS EM PORTUGAL CONTINENTAL. O CASO DE PENAFIEL

Fernando MATOS / FAAVNF – Universidade Lusíada

J. Cruz LOPES / ESTG – Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Manuel Azevedo VITORINO / ESMVC

Av. do Atlântico, 4900-348 Viana do Castelo

Nº telefone: 258 819 700

Nº fax : 258 827 636

Email: fmatos@ipvc.pt ; clopes@estg.ipvc.pt ; azevedovitorino@mail.telepac.pt

Palavras-chave: espaços verdes; parque urbano; cidades médias; e qualidade de vida

Resumo:

Em Portugal Continental a figura de Parque Urbano tem antecedências nas correntes urbanísticas e paisagistas modernas, bem como nas escolas de arquitectura europeia, em que vários projectistas/urbanistas portugueses se deixaram contagiar e, por essa via, se tornaram agentes criativos na configuração de propostas urbanas inovadoras e consentâneas com o pensamento da época.

Partindo de um exemplo e proposta actual, no caso a realidade urbana de Penafiel e quando decorre a fase de revisão e aprovação final do seu principal instrumento de gestão territorial (o PDM de 1994 e, em 2005, o PMOT), apresenta-se uma unidade operativa de planeamento urbano – caso do Parque do Cavalum –, o qual se desenvolve na periferia da Cidade de Penafiel e num troço do vale e Rio do Cavalum.

Como cidade média do Vale do Sousa e integrada no sistema urbano do Noroeste de Portugal, esta Cidade manifesta um conjunto de constrangimentos e de potencialidades, ao nível do seu dinamismo urbano, traduzido pela importante necessidade de consolidar a sua centralidade e, ao mesmo tempo, fortalecer o seu desenvolvimento pela via da sua potencial singularidade e consequente afirmação de espaços e equipamentos urbanos qualificados.

PARQUE URBANO E ESTRATÉGIAS DE BEM-ESTAR NAS CIDADES MÉDIAS EM PORTUGAL CONTINENTAL. O CASO DE PENAFIEL

(Poster)

1. Introdução

Apesar de nas últimas décadas, particularmente, depois da adesão de Portugal à Comunidade Europeia, as políticas de desenvolvimento regional procurarem novas formas de atenuar os desequilíbrios regionais, através de diversos instrumentos financeiros proporcionados pelos Fundos de Coesão e pelos Quadros Comunitários de Apoio, verifica-se que o êxodo rural e a conseqüente desertificação do interior continuam, ainda, a ocupar o espaço das agendas políticas e a acarretar custos para o país, que reforçam a necessidade de, mais investimentos no sistema urbano do litoral.

Neste contexto, não faltam vozes a defender a necessidade de maiores investimentos nos centros urbanos, como centros polarizadores das actividades económicas e da fixação das populações na sua área de influência.

No caso português há tendências pesadas (litoralização e bipolarização) que suscitam a procura de soluções para essas assimetrias espaciais e de desenvolvimento regional.

Embora a Litoralização tenha sido um dos mais fortes suportes da individualização de Portugal (desde a fundação da Nacionalidade) (cf. Gaspar, 1982; Gaspar, 1987), a desertificação física e humana do Interior foi acelerada por um modelo de desenvolvimento que, na essência, tem concentrado populações, actividades produtivas, redes de infra-estruturas de transporte e comunicações nesta rede urbana desequilibrada e macrocéfala, que, sensivelmente, a norte, de Viana do Castelo, se estende, a sul, até à Península de Setúbal — “eventualmente até Sines, num futuro mais longínquo” segundo Jorge Gaspar (1993: 54).

2. Cidades Médias – a evolução do conceito

As políticas orientadas para as cidades, de média dimensão, surgem com novo fulgor na década de 80, apresentando-se, senão a panaceia para todos os problemas, pelo menos um ‘revisitar’ de outras políticas de desenvolvimento regional, como a teoria dos ‘pólos de crescimento’ o foi entre os anos 60 e o início da década de 70.

O discurso político e científico centrou-se então na promoção das cidades médias, conceito que andava habitualmente associado a um escalão de dimensão demográfica¹ que varia de país para país. Esta componente de dimensão demográfica associava-se a uma outra de dimensão funcional. “Entre ambas estabelecia-se uma relação de causalidade de tipo determinista, de tal modo que parecia legítimo deduzir a ‘dimensão funcional’ de uma aglomeração directamente a partir da sua dimensão demográfica. É justamente esta relação determinista, este fatalismo dimensional, que hoje é criticado, confirmando que a visão actual da realidade “cidade média” é diferente da que prevaleceu nas décadas anteriores” (Ferrão, 1995: 12).

Portanto, e de acordo com a evolução do conceito, que Ferrão propõe, a cidade média é antes de tudo uma cidade intermédia, onde os aspectos qualitativo, dinâmico e relacional se sobrepõem à dimensão demográfica.

Importa, por isso, que a cidade se apresente como indutora da inovação, organizadora estruturante dos sistemas territoriais envolventes e intermediária efectiva ou potencial entre territórios situados em dimensões distintas.

Nesta política das cidades médias, que segundo Maillat (1995) constitui a quarta geração das políticas de desenvolvimento regional, o autor argumenta que é necessário existir “uma coerência entre o sistema territorial de produção e o sistema de cidades médias que geralmente estruturam uma região” (p. 28), pelo que é necessário, na perspectiva do autor, que os dois sistemas interajam e que sejam capazes de criar os recursos e os locais indispensáveis ao estabelecimento de uma dinâmica autónoma.

A ênfase é, portanto, colocada na diversidade de actores e de actividades que podem estabelecer relações de interdependência, resultante da “concentração espacial das infraestruturas, das instituições, das organizações e das pessoas” (idem), mas tendo presente que esta proximidade resultante da minimização da distância geográfica, exprime-se igualmente, em termos de afinidade económica e cultural, que por sua vez é o resultado do “facto de existir qualquer coisa em comum” (ibidem).

O traço unificador das políticas públicas para estas cidades deve ser procurado na valorização dos seus aspectos identitários susceptíveis de uma crescente fruição pública: a sua história e cultura, a paisagem urbana (arquitectónica, urbanística, industrial) e o ambiente urbano.

¹ De acordo com Ferrão, 1995:12, “a maior parte das aglomerações classificadas como cidades médias possuem populações entre os 50 e os 500 mil habitantes”. Contudo, face à diversidade de realidades admite-se nesta classificação cidades “entre os 10 mil – como no PROSIURB – e os 400 mil habitantes” (CEG-UL, 1998:9) citado por Carvalho (2003:46).

Face à realidade portuguesa caracterizada por uma reduzida “massa crítica” na maioria das cidades, procurou o Estado desenvolver políticas urbanas que configurassem um sistema urbano mais equilibrado.

A procura de afirmação das cidades, sobretudo das mais dinâmicas, inspirou-se largamente num quadro de sete factores que Tornqvist² (1998) considerou necessários para tornar uma cidade competitiva:

1. “- boas redes de comunicações internas e com o exterior;
2. - nível de instrução e de capacidade de investigação superior à média;
3. - ambiente residencial atractivo para os segmentos qualificados da população activa;
4. - diversidade significativa de oportunidades de emprego;
5. - núcleo urbano central eficiente;
6. - forte apoio às actividades de âmbito cultural;
7. - empenhamento activo das instituições públicas na vida da cidade”.

Na sequência da realização dos Planos Directores Municipais da primeira geração (anos 80, na maioria das situações), a administração central desenvolveu um programa de apoio à concretização das infra-estruturas previstas pelos municípios onde as cidades médias assumem um destacado protagonismo, traduzido entre outros aspectos na captação do investimento público e de funções terciárias.

O PROSIURB³ (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional) adoptou a classificação de Cidade Médias “as de média dimensão, localizadas fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, que constituam:

- - centros efectivamente alternativos às áreas metropolitanas, com as consequências que daí advém em termos de capacidade de atracção e retenção de recursos qualificados;
- - centros susceptíveis de actuar como catalizadores de desenvolvimento das áreas envolventes,
- - centros estruturantes de espaços sub-regionais com graus apreciáveis de coesão (interacção/complementaridade) e de autonomia;
- - centros com capacidade para desempenhar um papel significativo no âmbito das redes internacionais de cooperação e intercâmbio”.

Apesar dos inegáveis progressos verificados em infra-estruturas ligadas à rede de acessibilidades, equipamento colectivos na área da educação, saúde, desporto e cultura,

² Citado por Carvalho (2003:46)

³ op. cit., p.46

assistimos paradoxalmente, à *clonização* das cidades portuguesas, quer no tipo de intervenções urbanísticas pós-modernas quer na base económica das cidades.

Vários autores se têm referido a este fenómeno, contudo merece uma atenção especial a entrevista de João Ferrão (DN, 1/08/2005), actual Secretário de Estado do Ordenamento do Território, que alude ao facto de todas as cidades portuguesas terem passado “pelos mesmos passos: as zonas industriais, os equipamentos e infra-estruturas básicas, a luta pelos politécnicos e universidades, os centros comerciais, as grandes superfícies...”.

O que este responsável político defende é a diferenciação das cidades, que há-de resultar da valorização seu património, da capacidade de inovar e diferenciar a sua base económica. E a estratégias sendo diferenciadas, de acordo com as especificidades de cada cidade, têm que se focalizar em políticas públicas centradas na promoção da cultura, ambiente e sociedade de informação.

São estes pilares que permitirão repensar o papel das cidades médias, enquanto âncoras para as áreas rurais envolventes, que permitam entre outros aspectos: a mobilização social e cultural das áreas urbanas; a diversificação e modernização das actividades económicas; a equidade territorial e melhoria da qualidade de vida das populações.

3. A necessidade de destacar a singularidade das cidades médias

Nas cidades médias portuguesas há um dinamismo urbano e social, por vezes com significado demográfico, que exigem novas respostas para configurar o espaço urbano e a própria centralidade da urbe. Em geral, as cidades nacionais estão a despovoar-se no seu centro e tecido interno e a densificar-se na sua periferia ou na bordadura do seu perímetro urbano.

Esta(s) realidade(s) do nosso urbanismo necessitam ser conciliadas, equacionadas e planeadas, através do conceito/modelo de Cidade-Região, onde as suas unidades administrativas e funcionais dialoguem entre si, estabeleçam estratégias comuns e projectem novos usos do solo ou outras relações para o diversificado mosaico urbano.

Há, hoje, um novo jogo urbano potenciado pelas principais funções que coexistem na Cidade – habitar, trabalhar, circular, animar e/ou descansar e higienizar ou fortalecer a

salubridade pública –, o qual exige um reordenamento dos espaços e das formas de o utilizar.

As cidades médias tendem a massificar-se e não se libertam para criar formas não-convencionais e novas manifestações estéticas e funcionais que exaltem a sua singularidade urbana ou a particular natureza geográfica do lugar que ocupam.

4. O Encontro do Jardim com o Parque Urbano

A paisagem urbana é um todo, no conjunto, mas é também um mosaico diversificado de unidades formais e funcionais que se diferenciam pela escala, pelo uso e pela apropriação pública e/ou privada. Os espaços verdes – hortos e jardins – marcaram, desde sempre, as nossas principais cidades, conferindo ao urbanismo português do final do século XIX uma marca de relevo, porque era benéfica para a «salubridade urbana e a higienização do ambiente». Esse relevo foi reproduzido nas primeiras décadas do séc. XX pelas recomendações saídas dos congressos internacionais de urbanismo de Paris (1907) e da própria Carta de Atenas (1933).

Uma dessas unidades é o jardim, lugar aprazível de (re)encontro com uma certa natureza, espaço de recreio e descanso mas também local de produção vegetal e de amenidades ambientais. Em Portugal o primeiro jardim público foi o «Passeio Público» em Lisboa e no ano de 1764; quatro anos mais tarde foi criado o Jardim Botânico da Ajuda e, em 1881, é aberto ao público o Jardim Zoológico. Os jardins, tanto privados como públicos, multiplicaram-se e disseminaram-se pelo tecido urbano, surgindo, por vezes, casos em que estes ganharam significativa dimensão no contexto dos modelos da cidade-jardim (de E. Howard) e da cidade-radiosa (de Le Corbusier). Com o tempo este espaço verde é valorizado e redimensionado para responder a necessidades primárias de milhares de cidadãos e também de procura de relações entre a cidade e a sua periferia, através do encontro da cidade com o campo. O Jardim deixa de estar isolado quando os espaços públicos viários – de avenidas, alamedas, e passeios – se tornam passagem e ligação entre estes espaços abertos, ajardinados e de higienização urbana. Criam-se, assim, parques verdes, apelidados de pulmão verde da cidade e órgão urbano, em que o caso do Parque florestal de Monsanto é aprovado em 1945 e projectado pelo Arq.^o Keil do Amaral; este foi inicialmente pensado como «bosque natural e selvagem com centros de interesse para todas as classes da capital na serra de Monsanto» e é hoje referenciado como Parque Ecológico de Monsanto, com uma área próxima dos 1000 hectares.

É, de certo modo, uma procura de ligação entre a Cidade-contínua e a Cidade-campestre, como lógica de ancorar espaços interdependentes e de funções múltiplas. No contexto do urbanismo português actual concluiu-se que os espaços e «eixos verdes, presentes na estrutura física do território, nem sempre são devidamente considerados e valorizados» (J. Carvalho, 2003:508).

De um ponto de vista técnico os Parques Urbanos devem ter uma extensão compreendida entre 10 a 30 hectares e situar-se a cerca de 500 metros de um conjunto residencial contínuo. Num contexto de modernidade o Parque Urbano, entendido como «espaço verde público, de grande dimensão, destinado ao uso indiferenciado de população residente no núcleo urbano que serve e, por vezes, fazendo parte de uma estrutura verde mais vasta» é, acima de tudo, uma importante unidade e processo de planeamento porque pode ser um instrumento conceptual e formal de «construir cidade fora da cidade»; no tradicional planeamento urbano estas unidades/locais ajardinados eram espaços complementares e multiplicados porque respondiam a lugares/formas de proximidade e a particulares áreas de influência do tecido urbano.

Adoptando as actuais recomendações internacionais e referentes aos Espaços Verdes Urbanos é consensual e desejável que aqueles, de dimensão e geometria variável, estejam ligados entre si por sistemas de vias ou «corredores» arborizados, de modo a configurar uma estrutura de Rede Verde Urbana. O Plano Verde de Lisboa proposto pelo Arq^o Ribeiro Teles é um importante exemplo projectual e programático de conquista e alcance no domínio da moderna planificação verde urbana e como instrumento técnico de melhorar a capacidade ambiental de Lisboa e a sua qualidade de vida urbana.

É desejável que qualquer estrutura verde urbana (principal ou secundária) contribua para o equilíbrio do sistema urbano, bem como para servir como espaços livres «que se prestam a uma utilização menos condicionada, a comportamentos espontâneos e a uma estada descontraída por parte da população utente» (Lynch, 1990; cit. Portaria nº 1182/92, de 22 de Dezembro). Considera-se 40 m² por habitante o parâmetro global para essa realidade verde urbana. Logo, se a Cidade de Penafiel, em 2001, regista 9343 indivíduos confinados em 6.6 Km², esta deverá ser servida por uma mancha verde urbana calculada em cerca de 40 hectares.

Ora o caso do Parque Urbano de Cavalum (Penafiel) é uma proposta de equipamento urbano, adjacente ao perímetro urbano da Cidade e que se implanta num vale e troço do Rio Cavalum, com uma superfície estimada em 54.2 hectares. É um órgão urbano intencional e

planeado que busca dar maior extensão qualitativa à citada urbe e potenciar novas relações entre um meio rural antigo e em decomposição e as novas tendências e dinâmicas vividas em meio urbano.

O quadro I sintetiza as principais funções estratégicas que um parque urbano com a tipologia proposta pode desempenhar na melhoria do ambiente urbano e na qualidade de vida das populações que dele possam usufruir.

Quadro I – Espaços verdes urbanos: funções estratégicas

Gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturantes do espaço público • Desempenham as funções: <ul style="list-style-type: none"> • Culturais • Integração • Enquadramento • Didácticas • Jogo • Lazer • Recreio..
De concepção	<ul style="list-style-type: none"> • Amarração / centralidade do perímetro urbano • Activação biológica • Regularização micro-climática • Purificação da atmosfera • Articulação com rede de percursos pedonais
De localização	<ul style="list-style-type: none"> • Protecção e valorização dos recursos naturais <ul style="list-style-type: none"> • água • solos • radiação solar
De acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> • proximidade habitacional • Espaço sociabilidade intergeracional
De dimensionamento	<ul style="list-style-type: none"> • Economia de conservação
De implantação	<ul style="list-style-type: none"> • Previsibilidade das necessidades populacionais
De gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Actividades agrícolas (ex.º hortas urbanas) •
De financiamento	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamentos externos (contratos programa, Financiamentos comunitários...)

Adaptado de DGOT, 1992

Bibliografia

Carvalho, Jorge (2003) – Ordenar a Cidade, Coimbra, Quarteto Editora

DGOT(1992) – Espaços Verdes Urbanos, Lisboa

Ferrão, João (1995) – “Cidades Médias: Superar a Tirania da Dimensão” in *As Cidades Médias e o Ordenamento do Território*, Coimbra, CCRN e MPAT, 1995, pp.11-17.

Gaspar, Jorge (1982) – “Regionalização: Uma Perspectiva Sociogeográfica” in *Problemas de Regionalização*, Lisboa, Sociedade de Geografia, pp. 96-112.

Gaspar, Jorge (1987) – *Portugal – Os Próximos 20 Anos, Ocupação e Organização do Espaço – Retrospectiva e Tendências, I vol.*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Gaspar, Jorge et al. (1989) – *Portugal – Os Próximos 20 Anos, Ocupação e Organização do Espaço – Uma Prospectiva, VI vol.*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Gaspar, Jorge (1993) – “Geografia e Ordenamento do Território – Dos Paradigmas aos Novos Mapas” in *Colóquio/Ciências – Revista de Cultura Científica*, N.º 13, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 51-66.

Maillat, Denis (1995) – “Milieux Innovateurs et Nouvelles Générations de Politiques Régionales » in João Ferrão (coord.) *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Palomo, Pedro J. Salvador (2003) – *La Planificación Verde en las ciudades*, Barcelona, Editorial G.Gilli

Fontes virtuais

www.pps.org/upo/ acedido a Agosto 2005

www.cm-penafiel.pt acedido a Agosto 2005